

A SELEÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO: COMPARTILHANDO RESULTADOS

Ana Carolina Garcia (G-UFMS)
Milton Gabriel Garcia dos Santos (PG-UFMG)
Silvia Regina Vieira da Silva (UNESP)

Resumo

Neste artigo apresentaremos parte de uma pesquisa cujo tema foi o livro didático e objetivo principal, investigar como, e sob quais condições, o professor de Matemática da rede de ensino público de Paranaíba-MS escolhe o livro didático que utiliza em sala de aula. Para tanto utilizamos os princípios da pesquisa qualitativa. Os dados foram coletados através de entrevistas e a análise fundamentada na fenomenologia (análise ideográfica). Verificamos que os entrevistados têm acesso a certo material num determinado período (mesmo que insuficiente) que antecede uma reunião na qual participam todos os professores. Além disso, muitos demonstraram não compreender o processo que envolve a seleção do livro didático. Concluindo, com base na análise das entrevistas, acreditamos que o professor tem que ter conhecimento suficiente sobre o programa para que ele possa ter consciência de seu papel no processo e, assim, exigir condições para efetivar uma escolha adequada às exigências educacionais.

Palavras-chave: Programa Nacional do Livro Didático. Material Didático. Educação Matemática.

Introdução

Esta pesquisa foi guiada pelo Plano de Trabalho “A seleção do livro didático segundo o professor de Matemática da rede de ensino público de Paranaíba- MS”, sob responsabilidade de Milton Gabriel Garcia dos Santos– PIBIC/UFMS/2008-2009 – e contou com a colaboração de integrantes do Grupo Matemática e Educação; dentre eles os autores deste artigo.

Consideramos como questão geradora: como, e sob quais condições, o professor de Matemática da rede de ensino público de Paranaíba escolhe o livro didático que utiliza em sala de aula? E para encaminhar tal questão utilizamo-nos dos procedimentos da pesquisa qualitativa – Lüdke e André (1986); entrevistamos professores de Matemática da rede de ensino público de Paranaíba.

A análise dos dados coletados foi fundamentada na fenomenologia (análise ideográfica), segundo Hiratsuka (2003). Mas, antes de iniciarmos as entrevistas, buscamos compreender como foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e, durante este processo descobrimos o quão importante é a seleção dos livros didáticos, que, muitas vezes, passa despercebida pelos professores.

Assim, neste artigo, apresentaremos resultados relacionados à análise das entrevistas realizadas com professores de Matemática da Rede Pública de Ensino de Paranaíba-MS, que tiveram como norte a nossa questão geradora.

1. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

A relação entre Estado/livro didático iniciou-se por volta de 1938, quando, segundo Höfling (2000), o Decreto-Lei nº1006 institui a Comissão Nacional do Livro Didático, estabelecendo condições para a produção, importação e utilização do livro didático no Brasil.

Dentre as mudanças ocorridas posteriormente encontramos a criação de comissões avaliadoras que surgiram conforme as necessidades identificadas em determinados momentos em que se encontrava a educação brasileira.

Em agosto de 1985, por meio do Decreto-Lei nº 91.542, os objetivos foram ampliados, estabelecendo, naquela época, como metas o atendimento a todos os discentes que cursavam o ensino fundamental das escolas públicas. Foi quando ficou instituído o nome do programa de apoio ao livro didático que usamos até hoje: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Segundo Höfling (2000, p. 160), o PNLD é um programa criado pelo Estado para auxiliá-lo no cumprimento de funções que adquiriram caráter obrigatório a partir da Constituição de 1988. Aliás, nela encontramos:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1988, Grifos nossos).

Uma das funções referidas acima diz respeito à distribuição gratuita do livro didático, entendida como fornecimento de material didático-pedagógico. Ou seja, todos os alunos devem ter acesso a esse material. Além disso,

Na ausência de materiais instrucionais em quantidade e qualidade suficientes que orientasse o trabalho do professor na sala de aula, quer em relação aos objetivos fundamentais a serem alcançados (...) o livro didático passou a ser o principal e, em muitos casos, o único instrumento de apoio ao trabalho docente. Ele é que indicava a amplitude, a seqüência e, até mesmo, o ritmo de desenvolvimento do programa de matemática. Isso tudo, além de sua função básica como um importante instrumento auxiliar de aprendizagem e de ensino na sala de aula (DANTE, 1996, p. 83).

Da mesma forma, Santos (2007):

O material didático - em especial, o livro e a apostila – é um dos principais recursos utilizados, pelos professores, no seu trabalho diário de preparação de aulas; e, para os alunos é uma das únicas fontes de pesquisa e estudo. (...) torna-se de suma importância sua análise, visando a melhoria da qualidade do mesmo referente a forma de estruturação e apresentação dos conteúdos (SANTOS, 2007, p. 312).

Então, além da obrigatoriedade da distribuição dos livros didáticos para os alunos, os professores também fazem uso ostensivo desse material.

O livro didático não é visto como um instrumento auxiliar na sala de aula, mas sim como autoridade, a última instância o critério absoluto de verdade, o padrão de excelência a ser adotado na aula (FREITAG, COSTA e MOTTA, 1997 apud GIANI, 2004, p. 01).

Além disso, é interessante uma análise criteriosa do conteúdo, pois de acordo com a avaliação do PNLD de 1.999 apresentar conceitos, imagens, linguagens e informações fundamentais para disciplinas como definições, no caso da matemática, erradas, significa estar descumprindo os objetivos de ensino e aprendizagem (SANTOS apud BRASIL, 2007).

Assim, a cada quatro anos todo professor (o de Matemática, inclusive) tem que selecionar o livro que pretende utilizar durante os próximos anos. E, para isso, os professores fazem três opções dentre vários livros. Como base nessa lista tríplice o Governo seleciona um, que nem sempre é a primeira opção do professor, e disponibiliza esse material à escola.

2. Procedimentos Metodológicos

A nossa pesquisa utilizou procedimentos da pesquisa qualitativa, pois, ao ouvir os professores, suas opiniões, e seus anseios em relação ao livro didático, lidaríamos com questões subjetivas. De acordo com Bicudo:

O qualitativo engloba a idéia do subjetivo, passível de expor sensações e opiniões. O significado atribuído a essa concepção de pesquisa também engloba noções de respeito de percepções de diferenças e semelhanças de aspectos comparáveis e de experiências, como, por exemplo, da vermelhidão do vermelho, etc. Entende-se que a noção de rigor não seria aplicável a dados qualitativos, uma vez que a eles faltaria precisão e objetividade, dificultando ou impossibilitando a aplicação de quantificadores (BICUDO, 2006, p. 106).

E, dentre os vários métodos de coleta de dados existentes na pesquisa qualitativa, escolhemos o método de entrevistas (gravadas), pois acreditamos ser o mais coerente com o nosso tipo de pesquisa. Segundo Lüdke e André (1986):

A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (...) Enquanto outros instrumentos têm seu destino selado no momento em que saem das mãos do pesquisador que os elaborou, a entrevista ganha vida ao se iniciar o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 34).

A partir daí tivemos os cuidados requeridos por esse tipo de método. Cumprimos horários e locais marcados e mantivemos o sigilo e anonimato (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Foi confeccionado um termo de compromisso no qual nos comprometemos a não fazer menção do nome do entrevistado, muito menos divulgação do discurso efetivado no ato da entrevista (material em áudio).

Mas, o nosso contato com os entrevistados foi viabilizado pelos diretores, que nos forneceram dados pessoais dos professores (telefone, endereço, email, horários em que permaneciam na escola, etc.).

Sabendo dos horários que os professores permaneciam nas escolas fomos, pessoalmente, convidá-los para participarem da nossa pesquisa. Explicamos a essência e relevância do projeto para um auxílio futuro na escolha dos livros didáticos e informamos os objetivos da nossa pesquisa (processo de escolha do livro didático, movida pela percepção da dificuldade que alguns professores encontravam para realizar e entender a escolha do material didático usado durante o ano pelos seus alunos). Todos demonstraram interesse em participar da entrevista. Aliás, pretendíamos ouvir todos os professores de matemática da rede de ensino público de Paranaíba que ministravam aulas no segundo ciclo do ensino fundamental e/ou no ensino médio e que estivessem dispostos a colaborar com a pesquisa. Entretanto, quando foram informados que as entrevistas seriam gravadas, alguns se recusaram a participar; dispuseram-se a ajudar no que fosse preciso, com exceção da entrevista. Assim, somente oito professores participaram da pesquisa.

A elaboração do roteiro das entrevistas foi direcionada pelo nosso problema de pesquisa (como, e sob quais condições, o professor de matemática da rede de ensino público de Paranaíba escolhe o livro didático que utiliza em sala de aula). Nessa elaboração, tivemos o cuidado de não formular perguntas que induzissem os professores em suas respostas. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Finalizada tal elaboração, iniciamos a realização das entrevistas. Cabe aqui ressaltar as dificuldades encontradas. Por exemplo, o acesso a alguns locais escolhidos pelos professores e a falta de um ambiente calmo, e desprovido de qualquer tipo de ruídos que atrapalhassem a realização das mesmas. No dia da entrevista achamos que tais empecilhos não trariam alguma dificuldade. Mas, no momento da transcrição, acabamos tendo muita dificuldade para ouvir as gravações; levamos um tempo maior do que o previsto para finalizar as transcrições (literais). Mas, tal dificuldade não inviabilizou a nossa pesquisa.

3. Análise Ideográfica

Antes de iniciarmos a análise dos dados coletados retiramos os vícios de oralidade e o nome de cada entrevistado de cada transcrição, pois o sigilo e anonimato faziam parte da entrevista. Vale ressaltar que optamos por trocar os nomes por letras do alfabeto.

Finalizada essa etapa, iniciamos leituras ostensivas das entrevistas para nos familiarizarmos com o discurso dos depoentes.

E só depois iniciamos uma análise – ideográfica – fundamentada na fenomenologia. Segundo Hiratsuka, a fenomenologia se caracteriza como:

apropriada à educação, pois ela não traz consigo a imposição de uma verdade teórica ou ideológica preestabelecida, mas trabalha no real vivido, buscando a compreensão disso que somos e que fazemos – cada um de nós e todos em conjunto. Buscando o sentido e o significado mundano das teorias e das ideologias e das expressões culturais e históricas (BICUDO, 1999 apud HIRATSUKA, 2005, p. 08).

A interrogação (de como, e sob quais condições, o professor de matemática da rede de ensino público de Paranaíba escolhe o livro didático que utiliza em sala de aula) que nos movia, começou, então a se fortalecer e se constituir no fenômeno a ser desvelado por nós. Para identificação do mesmo, buscamos fundamentação ainda em Hiratsuka (2003):

O fenômeno é aquilo que surge para a consciência e se manifesta para esta consciência como resultado de uma interrogação. Isto quer dizer que só existirá um

fenômeno educacional se existir um sujeito no qual ele se situa ou que o vivencia (FINI, 2003 apud HIRATSUKA, 2003, p. 29).

Sendo assim, **o processo de escolha do livro didático** apareceu como consequência da nossa indagação, tornando-se, assim, nosso fenômeno. O fenômeno, então, representa a forma vivida pelo depoente e encaminha a nossa interrogação. Mas o fenômeno não aparece explicitamente no discurso dos entrevistados. Então, para facilitar a sua localização selecionamos aspectos relacionados ao mesmo: condições que os professores são submetidos para a escolha do livro didático; o processo de escolha do livro didático; critérios usados para a escolha do livro didático; utilização do livro didático.

Depois de encerradas as leituras ostensivas e selecionado o nosso fenômeno (e respectivos aspectos) iniciamos a análise ideográfica que, para Hiratsuka (2003), é o trabalho de interpretação das idéias que o depoente expressa em suas palavras e que se articulam no corpo do discurso.

As transcrições mostram a vivência do fenômeno pelo sujeito e na análise das mesmas percebem-se algumas expressões ou falas dos depoentes muito relevantes para possibilitar os possíveis resultados as nossas indagações. Essas expressões (ou recortes) são denominadas unidades de significado:

Esses aspectos percebidos que impressionam o pesquisador são recortes do discurso escrito que são denominados unidades de significado: Como é impossível analisar um texto inteiro simultaneamente, torna-se necessário dividi-lo em unidades... as unidades de significado são discriminações espontaneamente percebidas nas descrições dos sujeitos quando o pesquisador assume uma atitude psicológica e a certeza de que o texto é um exemplo do fenômeno pesquisado. As unidades de significado... também não estão prontas no texto. Existem somente em relação à atitude, disposição e perspectiva do pesquisador. (MARTINS e BICUDO apud GARNICA, 1999 apud HIRATSUKA, 2005, p. 71, grifos nossos).

Além disso, como o autor afirma, as unidades de significado estão relacionadas às perspectivas do pesquisador. Logo, cada pesquisador pode identificar unidades diferentes no mesmo discurso.

As unidades selecionadas deram origem a tabelas que, para uma melhor organização e entendimento, continham duas colunas: uma com parte do discurso do depoente e outra com a unidade de significado selecionada. Colocamos também, outra coluna com as siglas que representam as unidades retiradas do discurso: a união da letra alfabética com um número (por exemplo, a unidade E3 representa a terceira unidade do discurso do professor E). Abaixo segue como exemplo as três primeiras unidades de significado do professor E.

Professor E	
Discurso	Unidades de Significados
E1 Prof.E: ...porque tendo em mente o tipo de aluno que se quer formar, você vai buscar conteúdos em livros especificamente que.... respondam essas questões do tipo de aluno que você quer formar, então eu preparo as minhas aulas, usando livros didáticos, né... tanto os livros que agente adotou, quanto outros livros, né?	E1: ...porque tendo em mente o tipo de aluno que se quer formar, você vai buscar conteúdos em livros especificamente que respondam essas questões, do tipo de aluno que você quer formar, então eu preparo as minhas aulas, usando livros didáticos, tanto os livros que a gente adotou, quanto outros livros.
Prof.E: ...eu não o utilizo o livro didático escolhido, com tanta frequência né ...	E2: ...eu não o utilizo o livro didático escolhido, com tanta frequência. A

E2	agente começa a trabalhar com o livro, que agente vai conteúdo por conteúdo, pagina por pagina, agente percebe que o livro não corresponde tanto com as nossas expectativas	gente começa a trabalhar com o livro, conteúdo por conteúdo, pagina por pagina, a gente percebe que o livro não corresponde tanto com as nossas expectativas.
E3	Prof.E: ...mais o tempo que nos temos para escolher o livro didático é muito pequeno, então agente não tem tempo, é coisa assim de uma semana chega aquele monte de livros, para na outra semana agente escolher...	E3: ...mais o tempo que nos temos para escolher o livro didático é muito pequeno, então a gente não tem tempo, é coisa assim de uma semana chega aquele monte de livros, para na outra semana a gente escolher...

Encontramos uma média de onze unidades por discurso. Logo, na nossa perspectiva, as unidades de significado nos forneceram dados relacionados à:

- *Processo de escolha:* muitos professores relataram que são enviadas coleções, pelas editoras, para que eles possam manusear e analisar esse material. Além disso, recebem um guia contendo especificações sobre as qualificações de cada livro didático.
- *Tempo de uso do material:* o tempo de uso foi comum a todos os depoentes. Todos relataram que ficam com o livro didático por quatro anos, até a realização de outro processo de escolha.
- *Participação do professor:* como relatado acima, os professores recebem os livros para serem analisados com aproximadamente uma quinzena de antecedência. Muitos relataram a falta de tempo para efetuarem essa análise.
- *A seleção do livro didático:* para a seleção do livro didático, é realizada uma reunião com os professores da rede estadual e outra com os professores da rede municipal. Alguns relataram que não foram dispensados das suas atividades para comparecerem a essa reunião. Nessa reunião, os professores apresentam cada um a sua opção de livro. Dessa maneira, é formada uma lista tríplice com os livros mais votados. É importante ressaltarmos que, alguns professores não compreendem o “porque” de não receberem o livro escolhido como primeira opção.
- *Crterios de escolha:* foram elencados muitos critérios para a escolha do livro didático. Muitos observam elementos gráficos, pois acreditam ser mais interessante para os alunos. Alguns preferem analisar a disposição e linearidade dos conteúdos. Também foi relatada a preferência por livros que trabalhem situações-problema, contextualização dos conteúdos, e exercícios.
- *Utilização do livro didático:* na preparação das aulas, foi narrado que muitos fazem uso de mais de um livro didático. Entretanto, alguns ressaltam a importância de usar o livro adotado, pois acreditam ter melhor efeito, devido aos alunos terem ele em casa. A pluralidade de textos aparece em todos os discursos, pois, os professores não buscam referência em apenas um livro didático.

Assim, acreditamos que foi possível compreender e refletir como se dá o processo de escolha do livro didático no município de Paranaíba-MS.

Conclusão

Escolhemos a pesquisa qualitativa como forma de investigar como, e sob quais condições, o professor de Matemática da rede de ensino público de Paranaíba-MS escolhe o livro didático que utiliza em sala de aula. Para tanto, foram entrevistados aqueles que se

dispuseram a participar; aqueles que não se constrangeram por terem o discurso gravado. Posteriormente, utilizamos a fenomenologia (análise ideográfica) como forma de analisar os dados coletados. Logo, fundamentados em Hiratsuka(2003), selecionamos unidades de significado relacionadas ao nosso fenômeno (a escolha do livro didático).

Assim, levantamos indícios relacionados ao processo de seleção do livro didático. Ou seja, analisando as tabelas com as unidades de significado e os discursos dos depoentes, pudemos identificar vários “problemas” no processo de seleção do livro didático.

Muitos professores se mostraram confusos em relação a essa seleção; demonstraram não compreender o processo que a envolve. Alguns, nem sabiam como se dava tal seleção. Assim, a escolha que o professor deve fazer fica prejudicada.

Verificamos, também, que a falta de tempo é um dos principais fatores, negativos, relacionado à seleção do livro didático. Muitos professores reclamaram da rapidez com que tinham que analisar os livros (vários) para, posteriormente, efetivarem sua escolha. Entendemos que o período que o professor tem para fazer essa apreciação é fundamental para que ele possa, realmente, visualizar e identificar características tanto positivas, quanto negativas nos livros didáticos disponíveis.

Além disso, verificamos que todos os professores têm acesso aos livros didáticos num período (mesmo que insuficiente) anterior à reunião. Reunião esta que ocorreu com todos professores da rede em que estão inseridos (estadual ou municipal). Os entrevistados também descreveram a formação de uma lista composta por três livros mais votados pelos professores; a reunião é encerrada depois de finalizada tal lista.

Logo, se a distribuição do livro didático (material didático pedagógico) é obrigatória, o professor faz uso ostensivo deste material e, para o aluno, é uma das principais fontes de estudo, então a escolha do professor é importante. Mas, se o professor, além de não ter conhecimento suficiente sobre o PNLD, não tem condições adequadas de efetivar a sua escolha, que tipo de livro didático é escolhido? O que acarretaria uma escolha “errada”?

Concluindo, com base nas entrevistas obtemos indícios relacionados à falta de informação, por parte do professor, com relação ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Acreditamos que o professor tem que ter conhecimento suficiente sobre o programa para que ele possa ter consciência de seu papel no processo e, assim, exigir condições para efetivar uma escolha adequada às exigências educacionais.

Referências Bibliográficas

BICUDO, M. A. V. Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Qualitativa segundo a Abordagem Fenomenológica. In: BORBA, M. C.; ARAÚJO, J. L. (Org.). *Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática (2ª edição ampliada e revisada)*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. v. 1.

BRASIL. *Constituição República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

DANTE, L. R. Livro Didático de Matemática: uso ou abuso? *Em Aberto*, Brasília, n.69, p. 82-97, jan./mar., 1996. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1033935>>. Acesso em: 10 maio 2009.

FIorentini, D. et al O desenvolvimento profissional do professor de matemática: um olhar a partir de investigações brasileiras. In: *V CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (V CIBEM)*, 2005, Porto, Portugal. V Congresso Ibero-Americano de Educação Matemática. Porto: APM, Portugal, 2005. v. 1. p. 1-12.

GIANI, L. M. C. C.; GARNICA. Concepções de Professores de Matemática: considerações à luz do processo de escolha de livros-texto.. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, *Anais VIII EBRAPEM...*, Londrina, 2004.

HIRATSUKA, P. I. , *A vivência da experiência da mudança da prática de ensino de Matemática*. 2003. 438f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade do Estado de São Paulo, Rio Claro, SP, 2003.

HÖFLING, E. M. Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 1, n. 70, p. 159-170, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, J. C. et al Análise Comparativa do Conteúdo Filo Mollusca em Livros Didáticos e Apostilas do Ensino Médio de Cascavel. *Ciência e Educação*, Paraná, v. 13, n.3, p.311-322, 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v13n3/a03v13n3.pdf>>. Acesso em: maio, 2009.